

## **ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Aos vinte e nove dias do mês de julho do ano de dois mil e oito, na sala nº 500 do edifício sede do Ministério da Justiça, em Brasília, Distrito Federal, às quinze horas e vinte minutos, o Conselho Gestor do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP reuniu-se em sessão ordinária, com a presença dos seguintes membros: Ricardo Brisolla Balestreri, representante titular da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e Presidente desta Sessão; Sidnei Borges Fidalgo, representante suplente da SENASP; Sylvio de Andrade Junior, representante suplente do Ministério da Justiça; Felipe Daruich Neto, representante titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Carlos Humberto Oliveira, representante titular da Casa Civil da Presidência da República e Carlos Rogério Ferreira Cota, representante titular do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; a Procuradoria-Geral da República não indicou representante para esta reunião. Participaram também da Sessão representantes dos Estados do Pará e Acre e servidores da SENASP arrolados na lista de presença que acompanha esta Ata. O Presidente da Sessão, após os cumprimentos de praxe, anunciou os assuntos da Pauta, a saber: 1) Aprovação das Atas pendentes referentes ao exercício de 2007; 2) Apreciação de 07 projetos municipais e 06 projetos estaduais; 3) Autorização para aquisição direta de 78 desencarceradores a serem distribuídos para os Corpos de Bombeiros Militares Estaduais, no valor de R\$ 2.444.000,00 (dois milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil reais) - ad referendum, conforme art. 21 do RI-CGFNSP.

**DELIBERAÇÕES:** Aberta a sessão, o Presidente agradeceu as presenças do Secretário de Segurança Pública do Estado do Pará e do Secretário Executivo do Estado do Acre. Em seguida declarou ser esta a primeira reunião do Colegiado em que participava na função de Secretário Nacional de Segurança Pública e por este motivo solicitou a autorização para fazer inicialmente uma rápida abordagem acerca de suas perspectivas de trabalho frente à SENASP, no que concerne aos pontos relacionados ao Conselho. Com a aquiescência dos Conselheiros, o Presidente informou que a SENASP está executando o Fundo Nacional de Segurança Pública e também a maior parte dos recursos oriundos do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), o que permitiu um salto financeiro para a Secretaria na ordem de quase um bilhão de reais. Destacou que atualmente há um entendimento muito claro de que a SENASP é um órgão indutor de políticas públicas, tanto em relação aos recursos do FNSP como do PRONASCI. O Presidente explicou que esse posicionamento é extremamente importante, porque historicamente o papel do Governo Federal era mais de banco distribuidor de recursos do que de órgão fomentador de políticas, uma vez que prevalecia a lógica da lista de compras, na qual o Estado inseria o seu pleito, que de maneira geral sempre vinha cheio de viaturas e sem qualquer relacionamento com ações sistêmicas, excetuando-se um ou outro projeto que se destacava por conter boas práticas. Informou que ao assumir a Secretaria solicitou um levantamento acerca da aplicação dos recursos do Fundo, o qual, num primeiro momento, empiricamente, leva à conclusão de que o maior problema da segurança pública no Brasil não é a carência de dinheiro – não que os recursos tenham sido suficientes –, mas é, principalmente, o mau uso do dinheiro, não no sentido moral, mas no sentido da falta de clareza, de concepção política, de projetos sistêmicos, dentre outros. O levantamento revelou que 30% dos recursos anuais do Fundo eram gastos com viaturas, bens que têm durabilidade média de dois anos. Neste contexto, o Presidente destacou que tal política é fruto do modelo de segurança adotado pelo Brasil – policiamento ostensivo e preventivo –, que foi copiado dos EUA nos anos 60 e 70 – o famoso modelo rádio

patrulhamento. No qual a polícia de presencialidade, ou seja, de proximidade junto à população, é substituída por um modelo de polícia circulante, criando uma sensação de segurança no lugar da efetiva segurança. O Presidente salientou que as viaturas, apesar de levar milhões do Fundo, não estão inseridas num projeto sistêmico e acabam se deteriorando rapidamente sem contribuir absolutamente em nada na diminuição dos índices de violência e de criminalidade do País. Assim, do ponto de vista de resultados, os últimos 40 anos da história da segurança pública brasileira têm sido um desastre. O Presidente reafirmou que a SENASP definitivamente não é mais um banco de distribuição de recursos, ressaltando que serão recusados os projetos a esmo, ou seja, que não estejam inseridos num direcionamento sistêmico ou imbricados em projetos de polícia comunitária. Para tanto, algumas políticas já foram definidas como: o não financiamento de viaturas descaracterizadas; de projetos para a polícia civil ostensiva; de projetos investigativos para polícia militar e de armas de guerra para uso em meio urbano. Neste contexto, o Presidente esclareceu que especialistas no assunto consideram como armas de guerra: as submetralhadoras, as granadas e os fuzis, os quais são inadequados para abordagem em grandes concentrações populacionais. Destacou que os policiais carecem de toda a proteção, inclusive de armas de fogo, contudo, a SENASP não financiará armas que possuem poder de transfixação em nível elevado, porque podem colocar em risco a vida de pessoas que estejam por perto ou atravessar residências matando inocentes. Acrescentou que até que seja ouvido um grupo de especialistas no assunto ligados à ONU, a SENASP só financiará carabinas 0.40 e munições de ponta suave ou oca porque possuem poder de transfixação menor. Excetuando-se os grupos de operações especiais, altamente treinados, que receberão financiamento para as carabinas 556, que são as mesmas utilizadas pela Força Nacional. O Presidente afirmou que tal medida, seguramente em dois ou três anos, repercutirá na queda das taxas de letalidade policial no Brasil. Finalizando este tema, o Presidente destacou que a SENASP está estimulando a terceirização da frota de viaturas policiais nos estados, porque há estudos que comprovam que o processo de terceirização custa um terço do que custaria a manutenção de uma frota própria, além de liberar os policiais para o seu fazer específico. Na seqüência, o Presidente informou que dentre os projetos constantes da pauta há pedido de compra de helicóptero, que se refere a uma antiga demanda de alguns estados, particularmente daqueles que possuem uma grande extensão territorial. No entendimento da SENASP esta solicitação não corre o risco de ser banalizada, como sucedeu com as viaturas, porque este tipo de equipamento possui um preço elevado, além disso, existe um sentido no pleito, qual seja em muitos estados a única forma de locomoção rápida é o helicóptero. Complementando, o Presidente esclareceu que o conceito trabalhado é o de helicóptero multimissão que tem capacidade de transportar vários policiais, o que minimiza os riscos nas missões policiais, além de produzir resultados melhores do ponto de vista da eficácia e da eficiência. Ainda sobre a Pauta, o Presidente informou que os projetos do Estado do Pará referem-se a uma demanda específica, porque este Estado acolherá o próximo Fórum Social Mundial. Esclareceu que o Governo Federal reconhece as carências do Estado e por isto será deixado no Estado o legado do investimento, como ocorreu com o Estado do Rio de Janeiro nos Jogos Pan-Americano. Neste contexto, o Presidente destacou que em reunião com a Governadora foi ressaltada a necessidade de o Estado elaborar um projeto visando o melhor aproveitamento do legado, em ações sistêmicas ou direcionadas à linha de práticas de proximidade policial. Finalizando, o Presidente facultou a palavra aos Conselheiros que se pronunciaram sobre os pontos comentados. Em especial, o Conselheiro Carlos Humberto de Oliveira destacou o seu entusiasmo com as questões ressaltadas pelo Secretário, ponderando que estava insatisfeito com o andamento dos trabalhos, em anos anteriores, porque tinha a percepção de que a distribuição de

recursos era conduzida a quem demandasse primeiro, porém na gestão passada foi percebida uma mudança no foco.

Na seqüência, o Colegiado aprovou a inversão de pauta, a fim de que os projetos referentes ao Fórum Social Mundial do Pará fossem prioritariamente apresentados, em razão da magnitude do evento e da presença dos representantes do Estado. Antes, porém, foi concedida a palavra ao Senhor Secretário de Segurança Pública do Pará, Dr. Geraldo José de Araújo, o qual sucintamente comentou a situação da segurança pública naquele Estado e pontualmente destacou o empenho do Governo Estadual na reconstrução do sistema de segurança pública do Pará, ponderando que para isto estão sendo investidos não somente recursos federais como também consideráveis recursos do Estado. Posteriormente, os projetos foram apresentados pelos técnicos da SENASP de acordo com suas respectivas áreas de atuação, os quais foram aprovados por unanimidade sem qualquer objeção, a saber:

	Protocolo	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	002826/2008-42	Reaparelhamento dos Órgãos do Sistema Estadual de Segurança pública do Pará <b>(Ação: Reaparelhamento dos Órgãos de Segurança Pública)</b>	540.000,00	28.869.588,23	29.409.588,23
2	002823/2008-17	Valorização Profissional e Capacitação dos Profissionais da SESP <b>(Ação: Sistema Integrado de Formação e Valorização Profissional)</b>	1.160.264,00	439.476,00	1.599.740,00
3	002825/2008-06	CPC Renato Chaves no Fórum Social Mundial <b>(Ação: Implantação do Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento e de Informações Criminais)</b>	0,00	2.605.500,00	2.605.500,00
4	002827/2008-97	Reforma do Hangar e nova Adaptação da Instalação do Centro de Formação de Praças – CFAP <b>(Ação: Implantação e Modernização de Estruturas Físicas de Unidades Funcionais)</b>	0,00	520.020,76	520.020,76
5	0030432008-86	Reaparelhamento dos Órgãos de Inteligência do Sistema Estadual de Segurança Pública do Pará - <b>Emenda Parlamentar</b> <b>(Ação: Reaparelhamento dos Órgãos de Segurança Pública – Perícia)</b>	0,00	12.066.082,00	12.066.082,00
<b>TOTAL GERAL</b>			<b>1.700.264,00</b>	<b>44.500.666,99</b>	<b>46.200.930,99</b>

E para constar, registra-se que quando da apresentação do projeto relacionado à ação Sistema Integrado de Formação e Valorização profissional, o Colegiado, após ponderações feitas pelo Conselheiro Felipe Daruich Neto, determinou que fosse recomendado aos Estados e Municípios que o material didático a ser utilizado em cursos e oficinas, no âmbito das ações Valorização Profissional e Prevenção da Violência, deverá ser, obrigatoriamente, custeado com recursos da contrapartida. O Conselho determinou ainda, a modificação da redação da parte final da Recomendação nº 13-CGFNSP, na qual deverá ser consignado o ponto ora discutido, devendo ser submetida à aprovação do Conselho na próxima reunião.

Os projetos que objetivam a aquisição de helicópteros, inseridos no âmbito da ação denominada Reaparelhamento e Modernização dos Órgãos de Segurança, foram aprovados por unanimidade, contudo, cabe ressaltar, que o projeto do Estado do Tocantins foi inserido extra pauta.

	UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	AC	0820.001094/2008-73	Implantação do Serviço Aeropolicial do Acre	0,00	6.025.773,60	6.025.773,60
2	TO	08001.005532/2008-09	Criação do Serviço Aeropolicial da Secretaria da Segurança Pública do Estado de Tocantins	0,00	6.025.773,60	6.025.773,60
<b>TOTAL</b>				<b>0,00</b>	<b>12.051.547,20</b>	<b>12.051.547,20</b>

Os projetos referentes à ação Implantação de Projetos de Prevenção da Violência, a seguir listados, foram aprovados por unanimidade:

	UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	RS	002798/2008-63	Reaparelhamento das Delegacias para a Mulher do Estado do Rio Grande do Sul	10.440,00	260.392,80	270.832,80
2	AP	002829/2008-86	Aquisição de Equipamentos para as Delegacias de Atendimento Especializado a Mulher no Estado do Amapá	0,00	100.000,00	100.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>10.440,00</b>	<b>395.912,80</b>	<b>370.832,80</b>

Dando prosseguimento, os projetos municipais foram aprovados sem qualquer objeção, a saber:

	UF	Protoc.	Especificação	Custeio	Capital	Total
1	Aparecida de Goiânia/GO	08020.002996/2008-27	Projeto Municipal Desenvolvimento para Intensificação da Guarda Comunitária – <b>Emenda Parlamentar</b>	226.589,51	222.376,77	448.966,28
2	Diadema/SP	08020.002509/2008-26	Rumo – Ronda Municipal – <b>Emenda Parlamentar</b>	0,00	100.000,00	100.000,00
3	Pirassununga/SP	08001.006885/2008-18	Projeto Municipal de Segurança Pública “Pirassununga – Segurança com Cidadania” – <b>Emenda Parlamentar</b>	0,00	140.000,00	140.000,00
4	Curitiba/PR	08020.003088/2008-51	Segurança Urbana no Município de Curitiba – <b>Emenda Parlamentar</b>	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00
5	Ponta Grossa/PR	08020.003174/2008-63	Segurança Urbana do Município de Ponta Grossa – <b>Emenda Parlamentar</b>	0,00	200.000,00	200.000,00
<b>TOTAL</b>				<b>226.589,51</b>	<b>1.662.376,77</b>	<b>1.888.966,28</b>

Com referência ao item 1 da Pauta, o Conselheiro da Casa Civil, Carlos Humberto de Oliveira, solicitou que a aprovação das atas fosse realizada na próxima reunião.

Finalizando, o Técnico da SENASP, João Francisco Goulart dos Santos, informou que a solicitação de aprovação ad referendum de aquisição direta de 78 desencarceradores foi motivada pelos seguintes fatores: a) a aprovação da lei orçamentária somente em março de 2008; b) a expiração do prazo de validade da Ata de Registro de Preços nº 44/2007 – Pregão Eletrônico/SRP nº 033/2007, em maio/2008; e c) a economia de 21,6% aos cofres da União, que

corresponde a uma diferença de R\$ 676.000,00 (seiscentos e setenta e seis mil reais) em relação aos menores preços cotados no mercado. O servidor acrescentou ainda que os desencarceradores serão destinados ao reaparelhamento dos corpos de bombeiros militares de 25 Estados e do Distrito Federal, sendo 3 para cada unidade federativa (1 grande e 2 médios), com exceção do Estado do Rio de Janeiro que foi contemplado com tais equipamentos quando da realização dos Jogos Pan-Americanos. O total do investimento será de R\$ 2.444.000,00 (dois milhões quatrocentos e quarenta e quatro mil reais). Na seqüência, o Colegiado concordou por unanimidade com o gasto a ser efetivado.

Nada mais havendo para tratar, o Presidente da Sessão encerrou a reunião às dezoito horas deste dia. E, para constar, esta ata, que depois de lida e achada em conforme, será assinada pelos membros do Conselho Gestor.

**RICARDO BRISOLLA BALESTRERI**  
Vice-Presidente do CGFNPS

**Sylvio de Andrade Junior**  
Ministério da Justiça

**Felipe Daruich Neto**  
Ministério do Planejamento, Orçamento e  
Gestão

**Carlos Humberto Oliveira**  
Casa Civil da Presidência da  
República

**Carlos Rogério Ferreira Cota**  
Gabinete de Segurança Institucional da  
Presidência da República

**Não representada**  
Procuradoria-Geral da República